

Bruxelas, 4 de junho de 2026  
(OR. en)

10140/26

ECOFIN 748  
UEM 226  
SOC 336  
EMPL 165  
COMPET 695  
ENV 638  
EDUC 220  
ENER 337  
JAI 749  
GENDER 76  
JEUN 117  
SAN 413  
*ECB*  
*EIB*

#### NOTA DE ENVIO

---

de: Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora

data de receção: 3 de junho de 2026

para: Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia

---

n.º doc. Com.: COM(2026) 223 final

---

Assunto: Recomendação de  
RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO  
sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e  
orçamentais da Roménia

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 223 final.

---

Anexo: COM(2026) 223 final



Bruxelas, 3.6.2026  
COM(2026) 223 final

Recomendação de

**RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO**

**sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da  
Roménia**

{SWD(2026) 223 final}

Recomendação de

## RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

### sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da Roménia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 121.º, n.º 2, e o artigo 148.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho<sup>(1)</sup>, nomeadamente o artigo 3.º, n.º 3,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1176/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos<sup>(2)</sup>, nomeadamente o artigo 6.º, n.º 1,

Tendo em conta a recomendação da Comissão Europeia,

Tendo em conta as resoluções do Parlamento Europeu,

Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité do Emprego,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Financeiro,

Tendo em conta o parecer do Comité da Proteção Social,

Tendo em conta o parecer do Comité de Política Económica,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) 2024/1263 especifica os objetivos do quadro de governação económica, a saber, promover finanças públicas sólidas e sustentáveis, um crescimento sustentável e inclusivo e a resiliência, através de reformas e investimentos, bem como prevenir a ocorrência de défices orçamentais excessivos. O regulamento estabelece que o Conselho e a Comissão realizam uma supervisão multilateral no contexto do Semestre Europeu em conformidade com os objetivos e requisitos estabelecidos no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Semestre Europeu inclui, nomeadamente, a formulação e a supervisão da aplicação das recomendações específicas por país.

---

<sup>1</sup> Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho (JO L, 2024/1263, 30.4.2024, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1263/oj>).

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 1176/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos (JO L 306 de 23.11.2011, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2011/1176/oj>).

- (2) Em 16 de julho de 2025, a Comissão adotou a sua proposta de regulamento que cria o Fundo Europeu para a coesão económica, territorial e social, a agricultura e o meio rural, as pescas e o setor marítimo, a prosperidade e a segurança para o período de 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE, Euratom) 2024/2509<sup>(3)</sup>. A proposta visa aumentar a eficácia do financiamento da União ao reduzir a fragmentação da arquitetura financeira, e apoiar os Estados-Membros na coordenação das respetivas políticas económicas, em conformidade com o artigo 175.º do TFUE<sup>(4)</sup>.
- (3) Em 25 de novembro de 2025, com base no Regulamento (UE) n.º 1176/2011, a Comissão adotou o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026, em que identificou a Roménia como um dos Estados-Membros relativamente aos quais seria necessária uma apreciação aprofundada. A Comissão adotou ainda uma recomendação de recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia e uma proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2026, que analisa a aplicação das Orientações para o Emprego e dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Conselho adotou o Relatório Conjunto sobre o Emprego, bem como a recomendação sobre o capital humano em 9 de março de 2026.
- (4) Em 29 de janeiro de 2025, a Comissão publicou a Bússola para a Competitividade, um quadro estratégico que visa impulsionar a competitividade global da União nos próximos cinco anos. Identifica os três imperativos transformadores da inovação, descarbonização e competitividade, a par da segurança, como pilares fundamentais para o crescimento económico sustentável. O Semestre Europeu está em consonância com a Bússola para a Competitividade e assegura a coerência das políticas económicas dos Estados-Membros com os objetivos estratégicos da Comissão, criando uma abordagem unificada da governação económica que promove o crescimento sustentável, a inovação e a resiliência em toda a União.
- (5) Em 2026, o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas continua a desenvolver-se paralelamente à execução da fase final do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) <sup>(5)</sup>. Os planos de recuperação e resiliência (PRR), juntamente com o financiamento da política de coesão, têm sido essenciais para concretizar as prioridades políticas no âmbito do Semestre Europeu, uma vez que se exigia que os planos dessem uma resposta eficaz a todos os desafios ou a um subconjunto substancial de desafios identificados nas recomendações específicas por país pertinentes emitidas em ciclos recentes, e os programas financiados pela política de coesão europeia eram obrigados a ter em conta as recomendações específicas por país. À medida que o MRR se aproxima do fim da sua vigência, continua a ser essencial manter as reformas e os investimentos apoiados e executados ao abrigo do MRR, em

---

<sup>3</sup> Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE, Euratom) 2024/2509, COM(2025) 565 final. O regulamento proposto é atualmente objeto de negociações com os legisladores.

<sup>4</sup> Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE, Euratom) 2024/2509, COM(2025) 565 final. O regulamento proposto é atualmente objeto de negociações com os legisladores.

<sup>5</sup> Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (JO L 57 de 18.2.2021, p. 17, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2021/241/oj>).

especial os que contribuem para dar resposta aos desafios identificados nas recomendações específicas por país.

- (6) Em 3 de junho de 2026, a Comissão publicou o relatório específico de 2026 relativo à Roménia. Nesse relatório, avaliou os progressos realizados pela Roménia em resposta às correspondentes recomendações específicas por país e fez o balanço da execução, pela Roménia, do PRR. Com base nesta análise, o relatório por país identificou os desafios mais prementes que a Roménia enfrenta. O relatório avaliou igualmente os progressos realizados pela Roménia na execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na consecução das grandes metas da União em matéria de emprego, competências e redução da pobreza, bem como na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.
- (7) A Comissão procedeu a uma apreciação aprofundada da situação da Roménia nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1176/2011. As principais conclusões da avaliação das vulnerabilidades macroeconómicas da Roménia efetuada pelos serviços da Comissão para efeitos do referido regulamento foram publicadas em 20 de maio de 2026<sup>(6)</sup>. Em 3 de junho de 2026, a Comissão concluiu que a Roménia continua a registar desequilíbrios macroeconómicos excessivos. Em especial, as vulnerabilidades relacionadas com os défices orçamental e da balança corrente diminuíram um pouco recentemente, mas continuam a ser muito expressivas, enquanto a competitividade dos custos continua a deteriorar-se, embora menos do que anteriormente. O défice das administrações públicas diminuiu em 2025 graças a importantes esforços de consolidação; prevê-se uma nova descida do défice em 2026 e 2027, embora continue a ser elevado. A interdependência entre os bancos e as entidades soberanas continua a ser considerável, uma vez que as detenções pelos bancos de obrigações de dívida pública nacionais em percentagem do total dos ativos são as maiores da UE e aumentaram em 2025. O défice da balança corrente melhorou apenas marginalmente em 2025, prevendo-se que permaneça elevado, embora tenha diminuído um pouco mais no ano corrente. Os custos unitários do trabalho abrandaram acentuadamente em 2025, após um crescimento muito forte em anos anteriores, mas prevê-se que continuem a crescer mais rapidamente do que na maior parte da UE. A inflação subjacente foi a mais elevada da UE nos últimos anos, explicada apenas em parte pelos aumentos das taxas de IVA em 2025, prevendo-se que se mantenha elevada. Os progressos políticos foram substanciais em 2025, especialmente no que diz respeito à redução do défice orçamental graças a um congelamento de dois anos dos salários e pensões das administrações públicas e a aumentos das taxas do IVA e de outros impostos. Numa análise prospetiva, sem a continuação de uma consolidação orçamental vigorosa, complementada por políticas de rendimento prudentes e reformas estruturais eficazes, a Roménia continua exposta ao aumento das taxas de juro e a mudanças na confiança dos investidores.
- (8) Em 8 de julho de 2025, o Conselho adotou uma recomendação revista nos termos do artigo 126.º do TFUE, com vista a pôr termo à situação de défice excessivo na Roménia<sup>(7)</sup>. O Conselho recomendou as seguintes taxas máximas de crescimento das

---

<sup>6</sup> Documento de trabalho dos serviços da Comissão intitulado «In-depth review for Romania Prepared under Regulation 1176/2011 on the prevention and correction of macroeconomic imbalances», SWD (2026) 141 final.

<sup>7</sup> Recomendação do Conselho com vista a pôr termo à situação de défice excessivo na Roménia, adotada em 8 de julho de 2025. Todos os documentos relacionados com o procedimento por défice excessivo do Estado-Membro podem ser consultados no seguinte endereço eletrónico: <https://economy->

despesas líquidas: 2,8 % em 2025, 2,6 % em 2026, 4,6 % em 2027, 4,4 % em 2028, 4,2 % em 2029 e 4,0 % em 2030, o que corresponde às taxas de crescimento cumulativo máximas calculadas, tendo como referência o ano base de 2024, de 2,8 % em 2025, 5,5 % em 2026, 10,4 % em 2027, 15,2 % em 2028, 20,1 % em 2029 e 24,9 % em 2030. A trajetória corretiva das despesas líquidas estabelecida nessa recomendação substitui as taxas máximas de crescimento das despesas líquidas estabelecidas na recomendação de 21 de janeiro de 2025 que aprova o plano orçamental-estrutural de médio prazo da Roménia<sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>. Com base na avaliação da Comissão, de 3 de junho de 2026<sup>(10)</sup>, sobre a adoção de medidas eficazes, o procedimento por défice excessivo fica suspenso no caso da Roménia.

- (9) A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas repercussões constituem um desafio existencial para a União Europeia. A Comissão convidou os Estados-Membros a solicitar a ativação da cláusula de derrogação nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma coordenada, a fim de apoiar os esforços da UE para alcançar um aumento rápido e substancial das despesas com a defesa, tendo esta proposta sido acolhida favoravelmente pelo Conselho Europeu de 6 de março de 2025<sup>(11)</sup>.
- (10) Em 4 de maio de 2026, a Roménia apresentou o seu relatório anual de progresso de 2026<sup>12</sup> sobre o cumprimento das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas, a execução do conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento e a execução de reformas e investimentos tendentes a resolver os principais desafios identificados nas recomendações específicas por país do Semestre Europeu. O relatório anual de progresso reflete igualmente os relatórios semestrais da Roménia sobre os progressos realizados na consecução do seu plano de recuperação e resiliência, em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento (UE) 2021/241. O relatório sobre as medidas tomadas no âmbito do procedimento por défice excessivo está integrado no relatório anual de progresso.
- (11) O crescimento do PIB real em 2025 foi de 0,7 % e a inflação medida pelo IHPC situou-se em 6,8 %. Nas suas previsões da primavera de 2026, a Comissão aponta para um crescimento do PIB real de 0,1 % em 2026 e de 2,3 % em 2027 e para uma inflação medida pelo IHPC de 7,0 % em 2026 e de 3,7 % em 2027.
- (12) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat<sup>(13)</sup>, o défice das administrações públicas da Roménia diminuiu de 9,3 % do PIB em 2024 para 7,9 % em 2025. A diminuição prevista do défice em 2025 reflete principalmente o impacto de vários pacotes de

---

[finance.ec.europa.eu/economic-governance-framework/stability-and-growth-pact/corrective-arm-excessive-deficit-procedure/excessive-deficit-procedures-overview/MemberState\\_en](https://finance.ec.europa.eu/economic-governance-framework/stability-and-growth-pact/corrective-arm-excessive-deficit-procedure/excessive-deficit-procedures-overview/MemberState_en).

<sup>8</sup> O ponto 2 e o anexo II («Conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento para sete anos») da Recomendação de 21 de janeiro de 2025 continuam a ser aplicáveis.

<sup>9</sup> Recomendação do Conselho, de 21 de janeiro de 2025, que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Roménia (JO C/2025/251 de 10.2.2025, [Recomendação do Conselho, de 21 de janeiro de 2025, que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Roménia](#)).

<sup>10</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, intitulada «Semestre Europeu de 2026 — Pacote da primavera», COM(2026) 200 final.

<sup>11</sup> Comunicação da Comissão intitulada «Criar possibilidades para um aumento das despesas com a defesa no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento», Bruxelas, 19 de março de 2025, C(2025) 2000 final.

<sup>12</sup> Os relatórios anuais de progresso de 2026 estão disponíveis em: [https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-and-fiscal-governance/stability-and-growth-pact/preventive-arm/annual-progress-reports\\_en?prefLang=pt](https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-and-fiscal-governance/stability-and-growth-pact/preventive-arm/annual-progress-reports_en?prefLang=pt).

<sup>13</sup> Euroindicadores do Eurostat, 22 de abril de 2026.

consolidação orçamental adotados entre dezembro de 2024 e outubro de 2025. Em dezembro de 2024, o Parlamento adotou medidas que incluem um congelamento nominal dos salários e pensões da função pública em 2025 e medidas geradoras de receitas correspondentes a 0,3 % do PIB. Em julho de 2025, o Parlamento adotou medidas adicionais de consolidação orçamental, incluindo aumentos significativos das receitas fiscais (aumento das taxas do IVA, alargamento da base das contribuições de saúde, aumentos dos impostos especiais de consumo e uma taxa de imposto sobre os dividendos mais elevada), bem como uma prorrogação do congelamento nominal dos salários e pensões até 2026. Em setembro de 2025, o Parlamento adotou igualmente um aumento da tributação recorrente dos imóveis destinados a habitação e dos impostos ambientais. Com base nas medidas políticas já conhecidas à data-limite da finalização das previsões, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para um défice de 6,2 % do PIB em 2026 e de 5,8 % do PIB em 2027. A diminuição em 2026 reflete principalmente o impacto ao longo de todo o ano das medidas acima descritas. A diminuição do défice em 2027 reflete principalmente a quebra prevista do investimento público após o termo do MRR. A situação orçamental na Roménia continua a ser frágil. Dada a atual situação política, esta avaliação continua rodeada de uma incerteza considerável e implica riscos de execução para o ajustamento orçamental que continua a ser necessário em 2026 e nos anos seguintes.

- (13) Com base nas estimativas da Comissão, a orientação orçamental<sup>14</sup>, que inclui as despesas financiadas a nível nacional e da UE, foi contracionista em 2,2 % do PIB em 2025. Prevê-se que seja contracionista em 2,5 % do PIB em 2026 e em 0,7 % do PIB em 2027.
- (14) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat<sup>15</sup>, a dívida das administrações públicas da Roménia aumentou de 54,8 % do PIB no final de 2024 para 59,3 % do PIB no final de 2025. O aumento do rácio da dívida em 2026 reflete principalmente os muito elevados défices primários das administrações públicas e um aumento previsto dos pagamentos de juros. Com base nas medidas políticas já conhecidas à data-limite da finalização das previsões, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para que o rácio dívida/PIB aumente para 61,6 % até ao final de 2026 e para 63,4 % até ao final de 2027. O aumento em 2026 e 2027 reflete principalmente os elevados défices primários das administrações públicas ao longo do período.
- (15) Com base nos dados do Eurostat<sup>16</sup>, o total das despesas das administrações públicas no domínio da defesa na Roménia ascendeu a 1,5 % do PIB em 2025. De acordo com as previsões da Comissão da primavera de 2026, prevê-se que atinjam 1,7 % do PIB em 2026 e 1,8 % do PIB em 2027.
- (16) A União continua a enfrentar riscos de perturbações do aprovisionamento energético e de elevada volatilidade dos preços, exacerbados por tensões geopolíticas que afetam os mercados mundiais do petróleo e do gás. A experiência adquirida com a crise

---

<sup>14</sup> A orientação orçamental é definida como uma medida da variação anual da situação orçamental subjacente das administrações públicas. Visa avaliar o impulso económico decorrente das políticas orçamentais financiadas tanto a nível nacional como pelo orçamento da UE. A orientação orçamental é medida como a diferença entre i) o crescimento potencial a médio prazo e ii) a variação das despesas primárias líquidas de medidas discricionárias em matéria de receitas, incluindo as despesas financiadas por apoio não reembolsável (subvenções) do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de outros fundos da União.

<sup>15</sup> Euroindicadores do Eurostat, 22 de abril de 2026.

<sup>16</sup> Eurostat, despesas públicas por classificação das funções das administrações públicas (COFOG).

energética de 2022-2023 demonstrou que medidas abrangentes e não específicas implicam elevados custos orçamentais e são social e economicamente ineficientes. Desde o início da guerra no Médio Oriente, em fevereiro de 2026, a Roménia adotou medidas de política orçamental para atenuar o impacto dos elevados preços da energia nos agregados familiares e nas empresas<sup>(17)</sup>. Estas incluem uma redução não específica dos impostos especiais sobre o consumo de produtos de gasóleo até ao final de junho de 2026 e auxílios estatais específicos aos agricultores e a algumas empresas orçamentados até setembro de 2026. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, prevê-se que o custo orçamental destas medidas seja inferior a 0,1 % do PIB em 2026. De acordo com as estimativas da Comissão, se estas medidas permanecessem em vigor até ao final de 2026, o seu custo orçamental ascenderia a 0,1 % do PIB em 2026.

- (17) Com base nos cálculos da Comissão, as despesas líquidas na Roménia aumentaram 0,5 % em 2025. O crescimento das despesas líquidas em 2025 é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada.
- (18) Com base nos cálculos da Comissão, prevê-se que as despesas líquidas na Roménia aumentem 1,8 % em 2026 e, cumulativamente, 2,3 % em 2025 e 2026. O crescimento previsto das despesas líquidas em 2026 é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada. Considerando 2025 e 2026 em conjunto, prevê-se que a taxa de crescimento cumulativa das despesas líquidas projetada seja também inferior à taxa máxima de crescimento recomendada.
- (19) A recomendação que aprova o plano de médio prazo da Roménia especifica o conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento, juntamente com um calendário para a sua execução. Tendo em conta as informações fornecidas pela Roménia no seu relatório anual de progresso, a Comissão considera que a execução das principais etapas destas reformas e investimentos, previstas para 30 de abril de 2026, parece estar, de um modo geral, no bom caminho. Os trabalhos preparatórios para a reforma do sistema de remuneração do setor público estão em curso a nível técnico, prevendo-se a adoção de uma nova lei durante o verão de 2026. São necessárias algumas medidas adicionais no domínio da administração fiscal, em especial com vista a reduzir o muito elevado desvio do cumprimento das obrigações em matéria de IVA por parte da Roménia. Estão também em curso mais esforços no âmbito da reforma da tributação dos imóveis, incluindo o desenvolvimento do sistema informático para a avaliação automatizada dos imóveis, a operacionalização da estrutura especializada para o acompanhamento dos sistemas de despesas públicas e a reforma do financiamento das empresas. A Comissão considera que, de um modo geral, a Roménia cumpriu os seus compromissos de forma satisfatória<sup>(18)</sup>.
- (20) O reforço dos procedimentos orçamentais conducentes a um melhor controlo do investimento público seria altamente benéfico para controlar o défice orçamental na Roménia. Nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência para o excesso de despesas em comparação com os planos orçamentais, devido à falta de coordenação entre os ministérios competentes responsáveis pelos investimentos e o Ministério das Finanças. Um documento de planeamento do investimento que reflita todos os

---

<sup>17</sup> Tal reflete a situação à data-limite de finalização das previsões da primavera de 2026 da Comissão (4 de maio de 2026).

<sup>18</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, intitulada «Semestre Europeu de 2026 — Pacote da primavera», COM(2026) 200 final.

compromissos de investimento a médio prazo, incluindo os respetivos requisitos de capital ao longo do ciclo de vida, proporcionaria clareza quanto aos requisitos de financiamento e à sua disponibilidade para além do exercício orçamental anual. Além disso, faltam mecanismos de apoio à disponibilidade de financiamento para além do exercício orçamental anual e restrições ao desvio de fundos para outros fins. Esta situação global contribui para défices orçamentais anuais superiores ao previsto. A cobrança de impostos deve também ser aumentada, em especial colmatando os desvios do IVA e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que atualmente se situam em 30 % e 44 %, respetivamente, os valores mais elevados da UE. A médio prazo e em consonância com a sustentabilidade orçamental, seria adequado ponderar uma redução da carga fiscal sobre o trabalho para os trabalhadores com baixos rendimentos, que atualmente enfrentam encargos comparativamente elevados.

- (21) As reformas gerais e especiais dos regimes de pensões implementadas são essenciais para salvaguardar as finanças públicas e assegurar a equidade do sistema de pensões da Roménia. São necessários mais esforços para a sustentabilidade orçamental, nomeadamente no que diz respeito à conceção e execução de uma reforma salarial do setor público.
- (22) A participação sistemática, construtiva e atempada dos órgãos de poder local e regional, dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas pertinentes continua a ser essencial para assegurar uma ampla apropriação com vista ao sucesso da execução dos instrumentos de financiamento da União, bem como no contexto do Semestre Europeu.
- (23) Na execução dos programas da política de coesão, que incluem o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo para uma Transição Justa (FTJ), do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e do Fundo de Coesão (FC), a Roménia está acima do ritmo médio a nível da UE, tanto em termos de seleção de projetos como de pagamentos. É importante manter a dinâmica atual, maximizando simultaneamente o seu impacto no terreno. A Roménia já está a tomar medidas no âmbito dos seus programas da política de coesão para impulsionar a competitividade e o crescimento. No entanto, alguns domínios podem necessitar de um maior reforço em termos de execução, nomeadamente na atenuação dos impactos sociais e económicos da descarbonização e da transição justa da economia, com especial atenção para os territórios mais afetados por esta transição. A Roménia tem de acelerar a execução do FTJ, uma vez que os recursos deverão ser desembolsados até ao final de 2026. É essencial assegurar que os novos investimentos identificados pela Roménia na sua revisão intercalar dos fundos da política de coesão, nomeadamente os relacionados com as cinco prioridades identificadas no regulamento relativo à revisão intercalar<sup>19</sup>, sejam realizados de forma rápida e eficaz.
- (24) A Roménia enfrenta vários desafios relacionados com a qualidade e a eficácia da sua administração pública, a preparação e a definição de prioridades para grandes projetos, a descarbonização da economia e da produção de energia, a proteção social e o acesso a serviços essenciais, a participação no mercado de trabalho e a escassez de competências, a pobreza e a exclusão social.

---

<sup>19</sup> Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar.

- (25) A debilidade da administração pública e das instituições continua a pesar sobre o ambiente empresarial. Embora exista um quadro formal para desenvolver legislação de qualidade, a sua aplicação carece de coerência. Persistem deficiências em matéria de consultas públicas e avaliações de impacto, que continuam, muitas vezes, a ser formalistas. As organizações da sociedade civil e as empresas continuam a manifestar preocupações quanto às consultas públicas, com prazos muito curtos e pouca consideração pelas suas observações. As consultas públicas beneficiariam de uma participação mais precoce das partes interessadas no ciclo político, ao passo que a qualidade da legislação poderia ser melhorada através do reforço da capacidade dos funcionários públicos para elaborar avaliações de impacto regulamentar e avaliações *ex post*. A previsibilidade da tomada de decisões e a segurança jurídica continuam a constituir um grande desafio devido à utilização frequente de decretos governamentais de emergência no processo legislativo. Além disso, a Roménia é um dos países com piores resultados em matéria de carga regulamentar e 66 % das empresas consideram que a regulamentação das empresas constitui um obstáculo ao investimento a longo prazo. Apesar das melhorias, a disponibilidade de serviços públicos digitais para as empresas e os cidadãos é muito inferior às médias da UE (55 % face à UE: 86 %; 63 % face à UE: 82 %). São necessários mais esforços para assegurar a interoperabilidade entre todos os níveis de governo, estabelecer normas de serviço mais claras e melhorar a transparência e a experiência dos utilizadores dos serviços públicos digitais. A Roménia beneficiaria de uma aplicação mais rigorosa do quadro de governação das sociedades para as empresas públicas, nomeadamente em matéria de transparência e concorrência adequadas nas nomeações para os conselhos de administração, mandatos coerentes e utilização de uma remuneração baseada no desempenho.
- (26) Apesar dos esforços desenvolvidos em 2025, os atrasos recorrentes na execução dos programas da UE, incluindo o MRR, apontam para insuficiências persistentes da capacidade da administração pública para planear, organizar e executar projetos complexos. A concorrência na contratação pública é limitada, as deficiências de planeamento e preparação dos concursos são persistentes e a contratação pública continua a ser um domínio de alto risco em termos de corrupção e fraude. A execução das políticas de adaptação às alterações climáticas e os investimentos em infraestruturas ambientais, em especial na gestão e resiliência hídricas, na gestão dos resíduos e na economia circular, bem como nas soluções baseadas na natureza, são dificultados pela falta de conhecimentos especializados e de recursos, a todos os níveis de governação territorial, bem como por deficiências sistémicas na governação e nos procedimentos administrativos, no planeamento estratégico, na execução e na recolha de dados. Ao mesmo tempo, persistem as pressões sobre os ecossistemas e a biodiversidade, incluindo os ecossistemas marinhos. Persistem grandes lacunas nas infraestruturas ferroviárias e rodoviárias (incluindo a sua resiliência climática), na modernização do material circulante, na conectividade em zonas remotas e na conectividade transfronteiriça com uma implantação desigual da rede ferroviária RTE-T, enquanto a renovação da frota de veículos continua a ser lenta e os resultados em matéria de segurança rodoviária permanecem entre os mais fracos da UE. A resposta a estas necessidades de investimento apoiaria o crescimento económico, bem como a convergência regional, uma vez que o PIB per capita na região da capital é substancialmente mais elevado do que em qualquer outra região do país. Embora tenham sido tomadas algumas medidas para promover os investimentos privados, a expansão do acesso das empresas ao financiamento bancário e não bancário, especialmente para as PME, poderia ser facilitada, uma vez que a participação dos pequenos investidores e dos investidores institucionais nos mercados de capitais

continua a ser baixa e a literacia financeira é reduzida. Tanto as despesas públicas como as das empresas em investigação e inovação situam-se entre as mais baixas da UE, ao passo que as carreiras dos investigadores e a cooperação entre as empresas e o meio académico (e as subsequentes transferências de tecnologia) têm de ser reforçadas. Para fazer face a estes desafios complexos, a Roménia beneficiaria do reforço da capacidade administrativa a todos os níveis de governo.

- (27) Embora a Roménia tenha realizado alguns progressos na descarbonização da sua matriz energética, em especial através do desmantelamento das capacidades alimentadas a carvão e lenhite no âmbito do PRR, são necessários esforços adicionais para apoiar a transição energética. O sistema energético do país continua a depender fortemente dos combustíveis fósseis, que muitas vezes fixam o elevado preço da eletricidade no mercado. A eliminação progressiva do carvão e a limitação da utilização de gás natural, substituindo-os por alternativas mais limpas, protegeriam melhor a economia romena contra futuros choques nos preços dos combustíveis fósseis, aumentariam a segurança do aprovisionamento energético e, em última análise, beneficiariam a competitividade através da redução dos preços da energia.
- (28) Registaram-se alguns progressos na expansão da produção de energias renováveis nos últimos anos e o PRR contém medidas destinadas a reformar o quadro regulamentar para favorecer a implantação de fontes de energia renováveis. No entanto, subsistem os desafios identificados em 2025. A Roménia enfrenta múltiplos obstáculos à implantação de energias renováveis, nomeadamente um ambiente regulamentar imprevisível, a incerteza dos preços, a complexidade do licenciamento e regras de utilização dos solos pouco claras. São necessários investimentos adicionais para melhorar a flexibilidade do sistema, com especial destaque para a infraestrutura de rede e para as reformas regulamentares destinadas a simplificar e acelerar os procedimentos de licenciamento, a fim de facilitar a adoção de energias renováveis adicionais. A Roménia está no bom caminho para alcançar o objetivo de interligação transfronteiriça de 15 % até 2030, mas a sua capacidade continua a ser insuficiente e os progressos são lentos. Há margem para uma maior coordenação com os países vizinhos (Bulgária, Hungria, Moldávia e Ucrânia), a fim de reforçar ainda mais a integração do mercado na região.
- (29) A Roménia continua a subvencionar os combustíveis fósseis, ao passo que o setor do aquecimento, que depende fortemente do gás, continua, em grande medida, por reformar. No entanto, a atual ausência de uma trajetória clara de eliminação progressiva destes subsídios antes de 2030 desincentiva a eletrificação e dificulta a descarbonização da matriz energética. É especialmente importante eliminar progressivamente os subsídios aos combustíveis fósseis que não combatam a pobreza energética de forma direcionada e/ou não respondam a verdadeiras preocupações em matéria de segurança energética. Devido a um rácio desfavorável entre os preços da eletricidade e do gás (para o qual contribuem parcialmente os subsídios aos combustíveis fósseis), a quota da eletricidade no consumo de energia manteve-se, em grande medida, estagnada na última década. Os elevados preços da energia afetam as indústrias com utilização intensiva de energia e a competitividade. O setor industrial é dominado por processos com flexibilidade limitada (por exemplo, aço/alumínio, cimento, vidro), o que limita a resposta do lado da procura. Além disso, o PRR e os programas da política de coesão da Roménia contêm vários grandes investimentos na eficiência energética da habitação e dos edifícios públicos, mas os progressos têm sido lentos e subsistem problemas de qualidade da habitação. São necessários mais esforços políticos para acelerar a implantação de novas capacidades de produção de energias

renováveis, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, a fim de permitir a descarbonização da indústria pesada, e reduzir o consumo de energia, em especial no setor dos transportes e no parque imobiliário.

- (30) Tendo em conta o papel crucial do capital humano no reforço da competitividade e da autonomia estratégica da União, em 2026 o Conselho recomendou que os Estados-Membros tomassem medidas para dar urgentemente resposta aos desafios estruturais relacionados com o capital humano, prejudiciais para a competitividade, nos domínios das competências e da educação. As recomendações específicas por país de 2026 respeitantes à Roménia podem contribuir para a aplicação da Recomendação do Conselho sobre o capital humano na União.
- (31) A participação das mulheres na força de trabalho é uma das mais baixas da UE (57,8 % face à UE: 71,1 %). Os jovens têm dificuldade em entrar no mercado de trabalho formal, uma vez que o desemprego dos jovens foi um dos mais elevados da UE e a taxa de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET) é consideravelmente superior à média da UE (19,4 % face à UE: 11,1 %). Além disso, o emprego continua a ser limitado para as pessoas com deficiência, uma vez que a disparidade na taxa de emprego das pessoas com deficiência é consideravelmente superior à média da UE e a sua participação no mercado de trabalho no final das suas carreiras é uma das mais baixas da UE. O aumento da participação das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência no mercado de trabalho poderia atenuar os efeitos demográficos adversos, aumentando a mão de obra disponível e apoiando o desenvolvimento económico. Seria importante dar resposta aos desafios relacionados com a eficácia das medidas de ativação, a inscrição limitada de crianças com menos de três anos na educação e acolhimento na primeira infância (11,4 % face à UE: 39,2 %), em especial nas zonas rurais, e a acessibilidade e adaptação dos locais de trabalho para as pessoas com deficiência, a fim de apoiar a sua inclusão no mercado de trabalho. Além disso, a Roménia tem um dos piores desempenhos na UE em termos de pobreza no trabalho (10,7 % das pessoas empregadas face a 8,3 % na UE em 2025), principalmente impulsionada por trabalhadores por conta própria, apesar de ter diminuído de forma constante desde 2016, altura em que era de 18,6 %. Simultaneamente, o salário real médio tem vindo a aumentar substancialmente durante o mesmo período. A Roménia poderia considerar a possibilidade de melhorar a orientação e o financiamento das medidas de ativação do mercado de trabalho e de transferir a ênfase nos subsídios ao emprego para a formação, a sensibilização e a digitalização dos serviços.
- (32) A Roménia introduziu reformas importantes em matéria de educação e competências para apoiar o desenvolvimento de competências. Apesar destes esforços, persistem desafios em termos de redução do abandono escolar precoce, de reforço das competências básicas e das competências digitais básicas, de aumento da eficácia do ensino e da formação profissionais e de alinhamento dos resultados escolares com as necessidades do mercado de trabalho. A percentagem de jovens adultos que abandonaram precocemente o ensino e a formação continua a ser substancialmente elevada, apesar de um declínio constante a nível da UE, e ainda mais elevada nas zonas rurais (23,7 % face a 4,6 % nas cidades), nas vilas e subúrbios, bem como entre os ciganos e as pessoas com deficiência. As baixas competências básicas entre os jovens romenos prejudicam a competitividade e o desenvolvimento do capital humano, uma vez que mais de 40 % dos jovens de 15 anos não atingem a proficiência mínima em matemática, leitura e ciências (face uma média da UE inferior a 30 %), o que revela problemas sistémicos na qualidade do ensino, registando os alunos nas

zonas rurais uma pontuação substancialmente inferior à dos alunos nas zonas urbanas. Além disso, nas zonas rurais, apenas 66,5 % dos adultos concluíram o ensino primário (face a 94,7 % nas cidades) e 6,6 % concluíram o ensino superior (face a 37,3 % nas cidades). Além disso, a baixa participação de adultos na aprendizagem está a limitar o desenvolvimento de competências e a progressão na carreira. A resposta a estes desafios contribuiria igualmente para melhorar a qualidade do emprego. O grande défice de competências digitais básicas coloca riscos para o desenvolvimento económico e a inclusão social. Apenas 7,2 % dos participantes recentes no ensino e formação profissionais (EFP) tiveram oportunidades de aprendizagem em contexto laboral durante a sua formação (em comparação com a média da UE: 65,2 %). Além disso, o desfasamento entre as competências da mão de obra e as necessidades dos empregadores, incluindo a persistente falta de licenciados em CTEM, resulta num défice de competências, em especial em setores relevantes para a transição ecológica, e representa um obstáculo fundamental para as empresas. Para fazer face a estes desafios, a Roménia beneficiaria com a eliminação das lacunas estruturais em matéria de educação, a salvaguarda da aprendizagem ao longo da vida e uma melhor utilização dos dados disponíveis sobre as necessidades e o desenvolvimento de competências.

- (33) As condições sociais continuam a melhorar, mas a Roménia continua a apresentar um dos riscos mais elevados de pobreza ou exclusão social na UE, sendo a pobreza infantil e a exclusão social especialmente elevadas (32,8 % face a 24,2 % na UE). Os grupos vulneráveis, como os ciganos, as pessoas com deficiência, as populações com baixos níveis de instrução e as pessoas que vivem em zonas rurais, enfrentam riscos elevados. O impacto das transferências sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza foi limitado (18,8 % face à UE: 34,4 %) e as despesas com a proteção social também continuam a ser das mais baixas da UE. Os serviços sociais, de saúde e educativos continuam a estar disponíveis de forma desigual, sendo difícil o acesso aos mesmos nas zonas rurais e para as comunidades marginalizadas, como os ciganos. Sem uma melhor coordenação entre os níveis central e local, nomeadamente em matéria de recolha e intercâmbio de dados, a disponibilidade de dados concretos para avaliar as necessidades de habitação social e a adequação do parque habitacional social continua a ser limitada. A mortalidade evitável e tratável continuou a ser muito elevada, ao passo que os cuidados primários deficientes, também devido à falta de pessoal, conduzem a uma utilização hospitalar evitável que não é eficaz em termos de custos e limita as oportunidades de intervenção precoce. A disponibilidade de cuidados de longa duração e de serviços sociais continua a ser insuficiente, em especial no caso dos cuidados domiciliários e dos serviços de proximidade não residenciais para uma vida autónoma das pessoas com deficiência, atrasando o processo de desinstitucionalização. A resposta a estes desafios ajudaria também a apoiar a convergência social ascendente, em consonância com a segunda fase da análise por país realizada pelos serviços da Comissão sobre o Quadro de Convergência Social<sup>(20)</sup>. A Roménia beneficiaria de uma melhor cobertura e adequação do sistema de proteção social, também para os trabalhadores por conta própria, incluindo os agricultores, de uma maior coordenação entre os níveis da administração pública e de investimentos adicionais em serviços acessíveis para reduzir a pobreza e promover a inclusão social.

---

<sup>20</sup> [SWD\(2026\) 122 — Second-stage country analysis on social convergence in line with the Social Convergence Framework \(SCF\)](#), 2026.

- (34) À luz da apreciação aprofundada da Comissão e das conclusões sobre a existência de desequilíbrios excessivos, as recomendações formuladas ao abrigo do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 refletem-se nas recomendações 1, 2 e 3. As políticas referidas na recomendação 1 contribuem para fazer face às vulnerabilidades relacionadas com os elevados défices orçamental e externo. As políticas referidas nas recomendações 2 e 3 contribuem para fazer face às vulnerabilidades associadas à competitividade,

RECOMENDA QUE a Roménia adote medidas em 2026 e 2027, no sentido de:

1. Continuar a respeitar as taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas pelo Conselho em 8 de julho de 2025, com vista a pôr termo à situação de défice excessivo. Reforçar as despesas e a prontidão em matéria de defesa, assegurando a eficiência das despesas e adaptando gradualmente o orçamento para sustentar um aumento estrutural das despesas com a defesa. Assegurar que quaisquer medidas tomadas para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia sejam temporárias, destinadas a proteger os agregados familiares vulneráveis ou a responder às necessidades das empresas com utilização intensiva de energia, preservar os incentivos à poupança de energia e garantir que o seu custo orçamental seja compatível com os compromissos constantes do quadro orçamental da UE. Tomar medidas adicionais decisivas para salvaguardar a sustentabilidade das finanças públicas, nomeadamente através da plena aplicação das reformas gerais e especiais dos regimes de pensões, da conceção e execução de uma reforma dos salários do setor público conducente à consolidação orçamental e a uma maior equidade e do reforço dos procedimentos orçamentais, a fim de assegurar um melhor controlo dos investimentos públicos. Aumentar a cobrança global de impostos em percentagem do PIB, centrada na eliminação dos desvios do IVA e do IRC.
2. Assegurar a continuidade das reformas e dos investimentos executados ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Manter a dinâmica de execução no âmbito dos programas da política de coesão, com base, se for caso disso, na reafetação a prioridades e flexibilidades estratégicas na revisão intercalar do quadro da política de coesão.
3. Promover a competitividade e reduzir as disparidades territoriais, promovendo o investimento privado, nomeadamente em investigação e inovação, e assegurando um investimento público fiável a longo prazo em I&D. Melhorar a qualidade e a eficácia da administração pública a todos os níveis de governo e em todos eles, a digitalização dos serviços públicos e a previsibilidade e qualidade da tomada de decisões, através de consultas adequadas das partes interessadas, de avaliações de impacto eficazes e de procedimentos administrativos simplificados. Reforçar a aplicação do quadro de governação das sociedades para as empresas públicas, promovendo simultaneamente a eficiência económica e a racionalização do setor. Assegurar que os investimentos públicos maduros sejam realizados em tempo útil, nomeadamente através de procedimentos de contratação pública eficazes. Facilitar os investimentos em infraestruturas ambientais e em transportes sustentáveis e seguros, nomeadamente para aumentar a conectividade das zonas remotas e rurais e a resiliência às alterações climáticas.
4. Continuar a descarbonizar o setor da energia, reforçando a flexibilidade e a capacidade da rede do sistema elétrico, acelerando a implantação de fontes de energia renováveis, bem como aumentando as interligações transfronteiriças e o comércio de eletricidade. Aumentar a quota de energias renováveis e modernizar a

produção de aquecimento urbano e as infraestruturas conexas, a fim de cumprir normas de elevada eficiência, bem como as renovações de eficiência energética dos edifícios e a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis no setor do aquecimento.

5. Reforçar a participação dos grupos sub-representados no mercado de trabalho através da melhoria da eficácia das políticas ativas do mercado de trabalho, da acessibilidade dos locais de trabalho e da participação na educação e acolhimento na primeira infância. Combater o défice de competências através da redução do abandono escolar precoce, do reforço das competências básicas e das competências relevantes para o mercado de trabalho, nomeadamente através da educação contínua de adultos, do reforço da eficácia do EFP, bem como da melhor utilização das informações sobre competências nas políticas de educação e de competências, em especial nas zonas rurais.
6. Reduzir os riscos de pobreza e exclusão social, alargando a proteção social e melhorando a sua eficácia, nomeadamente através de um melhor acesso a serviços de qualidade, dando especial atenção aos cuidados primários e preventivos, aos cuidados de longa duração e aos serviços sociais, educativos e de emprego, em especial para os grupos desfavorecidos, mantendo simultaneamente a sustentabilidade orçamental.

Feito em Bruxelas, em

*Pelo Conselho  
O Presidente*